



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1014371-78.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Cleide Aparecida Muller**
 Requerido: **Banco Itaú S.a.**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter recebido ligação telefônica dando conta de que fora sorteada com um prêmio em dinheiro (R\$ 44.000,00) e mais uma motocicleta.

Alegou ainda que acreditando nisso fez um depósito de R\$ 1.498,00 em conta que lhe foi apresentada, mas depois veio a descobrir que fora ludibriada.

Buscou-se com a ação o bloqueio do valor disponibilizado pela autora (fls. 17/18, item 1), mas a providência não alcançou êxito pela falta de saldo da conta trazida à colação (fl. 54).

Independentemente disso, a leitura da petição inicial demonstra que o objetivo da autora não é o de ressarcir-se perante o réu do montante que depositou, não havendo dúvida de que ele não contribuiu para tanto.

Na verdade, tenciona a autora apenas ter acesso aos dados dessa conta, o que é de todo razoável para que tenha conhecimento de maiores detalhes do ato ilícito de que foi vítima.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

O réu inclusive ao manifestar-se sobre esse assunto anotou a necessidade de ordem judicial para exibição dos elementos da titular da conta (fl. 26), o que aqui sucederá pelas razões já apontadas.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar o réu a no prazo máximo de dez dias apresentar os dados da pessoa titular da conta nº 1137.19046-6, em nome de Adriana Moreira (fl. 12), ou de outra em que porventura os depósitos tratados nos autos tenham sido feitos.

Por ora, reputo desnecessária a fixação de multa para o caso de eventual descumprimento da presente, o que poderá dar-se no futuro, se necessário.

Transitada em julgado, intime-se o réu pessoalmente para cumprimento da obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 12 de maio de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**